

A "caixa preta" da dívida

"...NÃO PRECISAMOS FAZER muito esforço para deduzir que somos reféns do capital especulativo..."

MARIA LÚCIA FATTORELI CARNEIRO*

Nesta Semana da Pátria, estamos convocando todo o povo brasileiro a uma profunda reflexão: Que independência temos para comemorar?

Somos um País espoliado. Muito rico (10º PIB do mundo), mas estamos continuamente empobrecidos. Já nos levaram quase todo ouro, prata, pau-brasil, muito minério. Mutilaram nossas montanhas, devastaram nossas florestas e se apoderaram de nossas riquezas naturais sem qualquer cerimônia.

Populações inteiras de índios, verdadeiros donos desta terra invadida há 500 anos, foram dizimadas. Os negros, por sua vez, sofreram quase 400 anos de escravidão e até hoje ainda passam por absurda discriminação.

Assistimos, em todas as regiões do País, ao crescimento do desemprego, da miséria e, como consequência, da violência. O serviço público prestado à sociedade também está em franca decadência, evidente na precariedade dos serviços de saúde, educação e segurança. É lastimável o estado de penúria e abandono em que se encontram nossas universidades públicas, o que demonstra o descaso do governo para com a educação do nosso povo. E o nosso patrimônio público? As nossas estatais – a maioria delas lucrativas, e que levamos anos e anos construindo – foram quase todas privatizadas, num dos processos de desestatização mais drásticos e velozes

que já se viu no mundo, numa rifa irresponsável de nosso patrimônio. É visível a crescente favelização nas cidades, o descaso do governo para com os chamados "excluídos": os sem-terra, os menores abandonados pelas ruas, os desempregados, os sem-teto, as populações indígenas.

Ao lado de um quadro social degradante e inaceitável para um país que tem a 10ª maior economia do mundo, nos deparamos com uma brutal concentração de renda e de riqueza nas mãos de ínfima parte da população, o que torna a absurda e desigual distribuição de renda no Brasil uma das piores do mundo.

O que agrava este quadro é que o governo tem sido altamente generoso quando se trata de remunerar o capital e extremamente sovina no resgate de suas dívidas sociais.

Grande parcela dos nossos recursos orçamentários estão sendo utilizados para remunerar o capital especulativo, mediante o pagamento das taxas de juros mais elevadas do planeta.

Internamente, a taxa Selic hoje está em 16,5% ao ano, mas no início do ano passado, passou dos 40%. Esta taxa é líquida e garantida pelo governo. Os meios de comunicação noticiaram que 52,7% dos títulos públicos colocados no mercado interno no mês de julho de 2000 foram adquiridos por bancos estrangeiros. É um verdadeiro maná!

Enquanto as taxas de juros in-

ternacionais estão em torno de 6% ao ano (na média), a última oferta de títulos públicos feita pelo governo brasileiro no exterior foi negociada a 12,43%. Que dívida, não?

No Orçamento da União para este ano de 2000, aprovado no Congresso Nacional, foram reservados, para o pagamento de juros e amortização da dívida pública (interna e externa), nada menos que R\$ 144,5 bilhões de reais! Enquanto isso, o orçamento anual do Ministério da Saúde ficou em R\$ 20,2 bilhões; o da Educação, em R\$ 14,1 bilhões (menos de 10% do que vai para o serviço da dívida). O orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia, que traduz a vontade de investir em desenvolvimento, gerando novos empregos, apenas R\$ 1,6 bilhão! Ou o que se gasta com a dívida pública em apenas quatro dias!

Não precisamos fazer muito esforço para deduzir que somos reféns do capital especulativo e do FMI, órgão que impõe as regras para a nossa economia visando tão somente resguardar os interesses dos agiotas internacionais, que aqui obtêm lucros fáceis e garantidos pelo governo.

Que dívida é essa, que tem levado grande parte de nossos recursos e sacrificado tanto o nosso povo?

Sabemos que o processo de endividamento de nosso País é histórico, mas há muito por desvendar.

É por isso que estamos apoiando o plebiscito da dívida externa, que termina amanhã, bem como a realização de uma profunda e séria auditoria da dívida externa brasileira, como prevê a Constituição Federal de 1988 (artigo 26, das disposições transitórias).

*Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal – no-...

